

Nova Constituição facilita o pacto

CESAR FONSECA
Da Editoria de Economia

O pacto social que empresários e sindicalistas moderados discutem como saída para segurar a inflação está dentro da nova Constituição, segundo o professor de Economia Política, Lauro Campos, da Universidade de Brasília.

A carta, diz, contém propostas para todos os segmentos sociais, do ponto de vista jurídico, e tenta harmonizar a convivência entre capital e trabalho num momento em que as relações entre ambos estão radicalizadas, graças à espoliação dos salários provocada pela inflação. Mais do que uma Constituição, o novo texto constitucional, argumenta, é uma proposta política partidária, uma bandeira eleitoral que, aliás, o seu presidente e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, já levantou.

A bandeira eleitoral tem, inclusive, destaque o professor, uma proposta ideológica, que como todas as ideologias são irrealizáveis: a concretização do bem comum. Levantando essa nova bandeira eleitoral, o presidente do PMDB e candidato à Presidência da República, no próximo ano, ressalta o professor, vende a esperança. Ele empunha, diz Lauro, uma "proposta de esperança", e nesse sentido, a nova Constituição é uma "Constituição da Esperança", portanto, "utópica".

Os partidos conservadores, PFL e PDS, lembra, já perceberam isso, como se pode ver pelas recentes declarações dos seus dois principais líderes, deputado José Lourenço e senador Jarbas Passarinho, respectivamente, de apoio à nova Constituição. Quem fizer o discurso anticonstituinte estará bombardeando o pacto social, de bases jurídicas, e, evidentemente, prossegue, estará trabalhando contra a esperança na qual todos apostam. Resta saber, observa Lauro Campos, se a teoria na prática funcionará.

Levantando a bandeira da esperança, da utopia, Ulysses Guimarães tenta viabilizar o PMDB nas próximas eleições, buscando eximir o partido do fiasco do Plano Cruzado ao qual engajou sofregamente, sem nenhum espírito crítico, destaca o professor. E por isso ainda segundo Campos, que todos querem ser o pai da criança, para obter os frutos políticos do pacto que ajudaram a construir depois de dezoito meses de trabalho. Fica claro, diz, que Ulysses Guimarães tenta ser o candidato do bem comum, ou seja, de todos.

O pacto social que está contido na nova Constituição, ressalta o professor de

Economia Política, é uma arma contra os pequenos partidos, porque as propostas que nela habitam buscam agradar aos que lhes dão votos para se afirmarem no contexto político nacional. Garantindo a aposentadoria integral, diz, ela elimina a possibilidade de nascimento do Partido dos Aposentados, que já estava sendo articulado; e aumentando a receita tributária dos estados e municípios, em 47 por cento, evita a inconveniência de um possível Partido Municipalista, que também estava sendo articulado. Aumentando benefícios sociais, garantindo as 44 horas semanais, seis horas corridas, 50 por cento sobre as horas extras trabalhadas, 33 por cento de adicional de férias, 120 dias de licença-maternidade, licença-paternidade, direito de greve, inclusive para funcionários públicos, ela tenta obter o apoio dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que não incomoda o capital estrangeiro e mantém privilégios ao capital nacional. Ela falou relativamente duro apenas com os banqueiros, ao fixar o tabelamento dos juros em 12 por cento.

PROPOSTA ECONÔMICA

Concretizar a esperança de manter a taxa de juros em 12 por cento ao ano, segundo Lauro Campos, representaria o passo mais importante que poderia ser dado pela nova Constituição. Não há mais nenhuma dúvida, destaca, que o componente especulativo embutido no financiamento diário, através do *overnight*, da dívida pública interna, é o principal fator de pressão sobre a inflação. A dívida pública interna, que hoje alcança 70 bilhões de dólares, é a dívida externa internalizada e cujo impacto no mercado, no ato da sua rolagem diária, é traduzido pela inflação violenta.

Nesse sentido, ao limitar o pagamento dos juros em 12 por cento, que já é a mais alta taxa do mundo, estará contribuindo para aliviar a situação interna e reduzir a inflação. Lauro destaca que quem for contra a taxa de juros de 12 por cento não terá base parlamentar, razão pela qual, prevê, todos os candidatos à sucessão de Sarney não a atacarão, para não se desincumbirem com o Congresso. Sarney não conseguirá obter base parlamentar para tentar fazer o seu sucessor ou o presidente da Câmara, se atacar os juros de 12 por cento.

Na prática, a proposta de limitar os juros em 12 por cento representa a alternativa contida no pacto social embutido na nova Constituição de uma nova política econômica. Os bancos têm

no Governo Federal o único tomador, porque a indústria e o comércio estão fugindo das altas taxas de juros. Proibido o Governo de pagar além de 12 por cento para rolar a sua dívida, a quem os bancos emprestarão? Haverá excesso de liquidez, prevê, se resistirem a rolar a dívida pública interna; a taxa de juros tenderá a cair sem o enxugador-mor que é o Tesouro Nacional, que lança papéis no mercado para enxugar dinheiro e evitar a enchente inflacionária.

Para Lauro Campos, defender o juro de 12 por cento para a rolagem da dívida pública interna é posicionar-se em favor do fortalecimento do mercado interno, do aumento dos salários, contra o arrocho salarial e a transferência líquida de capital aos bancos internacionais, através da geração de megasuperávits comerciais, destinados ao pagamento dos juros. Resta saber se a teoria contida no texto constitucional vingará na prática. A esquerda, segundo Lauro Campos, deve defender o tabelamento dos juros, como forma de atacar a pressão inflacionária que é a rolagem da dívida pública interna feita pelos bancos aos quais os conservadores procuram favorecer.

PROPOSTA

CONSERVADORA

Lauro destaca que a esquerda precisa refletir bastante antes de se engajar no pacto social contido na nova Constituição, que mais do que uma Constituição é uma proposta político-partidária. Por enquanto o pacto está no papel, não foi testado pela prática. O Partido dos Trabalhadores, ao qual é filiado, precisa, na sua opinião, adotar uma posição crítica. No momento de crise econômica aguda, lembra, os conservadores, no Brasil, sempre levantaram a bandeira do pacto, como acontece agora.

A única saída que os conservadores enxergam para superar a crise é a de vender a esperança. A convicção, com uma inflação mensal de 25 por cento, no entanto, lembra, não recomenda postura partidária cãndida, como o personagem de Voltaire, empunhador da bandeira do superotimismo.

ELOGIO

O novo governador indireto do Distrito Federal encampou, segundo Lauro Campos, a proposta defendida pelo Partido dos Trabalhadores durante a campanha eleitoral de 1986, de escolher o secretariado mediante consulta popular.